



GT 69. Práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental

Coordenador(es):

Érica Quinaglia Silva (UNB - Universidade de Brasília)

Sônia Weidner Maluf (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Sessão 1

Debatedor/a: Ana Paula Müller de Andrade (Universidade Estadual do Centro Oeste -UNICENTRO)

Este Grupo de Trabalho (GT) visa a reunir pesquisas que abordem práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental. A proposta comporta, de um lado, abordagens das práticas de autoatenção e cuidado, itinerários, agenciamentos sociais, saberes locais e/ou tradicionais como estratégias de sujeitos e coletividades para vivenciar e agenciar o processo de saúde-adoecimento mental; e, de outro, políticas públicas e ações do Estado, processos de institucionalização e/ou desinstitucionalização, redes de atendimento, políticas pretensamente universais e seus mecanismos discricionários nos modos desiguais de distribuição de direitos, incluindo as mudanças na política nacional de saúde mental e de álcool e outras drogas desencadeadas desde 2016. Assim, etnografias do Estado e das políticas públicas, em serviços de saúde mental e instituições psiquiátricas, sobre itinerários, histórias de vida, práticas de usuários, familiares e profissionais da saúde são alguns temas previstos. Gênero e sexualidade, raça, classe, etnia, geração e deficiência são alguns dos marcadores sociais que serão considerados nas discussões do GT. A intenção é proporcionar a interlocução entre trabalhos que apresentem reflexões baseadas em pesquisas e/ou experiências que contribuam para a ampliação da compreensão das questões atinentes aos processos de sofrimento, aflição, perturbação e/ou adoecimento no campo em questão, suas práticas, políticas e discursos a partir de um olhar antropológico.

A inserção das CTs no campo político das políticas de saúde voltadas para usuários de drogas

Autoria: Priscila Farfan Barroso (Bolsista), Daniela Riva Knauth

O presente estudo busca explicitar o processo de institucionalização da doxa das Comunidades Terapêuticas (CTs) no campo político das políticas de saúde voltadas para usuários de drogas. A etnografia se deu a partir da pesquisa de doutorado e foi realizada entre 2016 e 2019 junto as federações estaduais de CTs, os Conselhos de Políticas sobre Drogas e a Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul. Ao compreender quem são os atores sociais relevantes, como eles se posicionam e se movimentam no campo político que envolve o ?problema das drogas?, passa-se a apreender por quais caminhos percorrem e por quais relações se estabelecem a inserção das CTs nas políticas públicas. Então, podemos dizer que a noção de campo nos ajuda a pensar como se dá essa discussão de políticas sobre drogas, sendo esse um ambiente onde se travam disputas, e nos quais os atores sociais vinculados às CT atuam para fazer valer sua doxa. Por meio da análise do contexto estadual, pode-se compreender as reverberações das mudanças das Políticas sobre Drogas na área da saúde, principalmente com a inclusão das CTs na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Essas mudanças estão institucionalizadas pela Resolução nº 32/2017, do MS, pela Lei nº 13.840/2019 e pelo Decreto nº 9.761/2019 que enfatizam a promoção e a manutenção da abstinência. Diante desse panorama, as CTs deixaram de ser coadjuvantes e passaram a ser protagonistas. Por isso, é relevante compreender como se deu o protagonismo dos próprios atores vinculados às CTs em diferentes instâncias políticas para institucionalizar essas mudanças. Assim, destacam-se a organização política dos atores vinculados às CTs, os acordos feitos entre eles para definir os critérios da ?verdadeira CT?, as alianças com atores governamentais,



a atuação em conselhos de políticas públicas, a participação em frentes parlamentares contra as drogas, os cursos desenvolvidos pelas próprias federações de CTs para a profissionalização dos trabalhadores de CTs, entre outras estratégias que tensionam o financiamento público das CTs como solução para o problema das drogas?. Sendo assim, compreende-se que a inclusão da doxa das CTs no campo político, que favoreceu as mudanças legislativas em questão, deu-se também pela mobilização política dos próprios atores vinculados às CTs.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: